

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.166.201 - SE (2017/0225371-3)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : JOSE CARLOS MACHADO
ADVOGADOS : ANDRESS AMADEUS PINHEIRO SANTOS - SE007875
 MANOEL FERREIRA SANTOS FILHO E OUTRO(S) -
 SE009301
AGRAVADO : COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO
ADVOGADOS : ALYSSON SOUZA BARRETO SANTOS - BA021122
 ALEXEI ESTEVEZ DE CARVALHO E OUTRO(S) -
 BA020880

DECISÃO

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. SUPOSTO DANO AMBIENTAL OCASIONADO PELA REDUÇÃO DA VAZÃO DO RIO SÃO FRANCISCO. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REVERSÃO DE PREMISSAS FÁTICAS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO DO PARTICULAR DESPROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que inadmitiu Recurso Especial interposto por JOSE CARLOS MACHADO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO INDENIZATÓRIA DE DANO AMBIENTAL - AFASTADA A APLICAÇÃO DO CDC - TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO ÔNUS PROBATÓRIO - NÃO OBSTANTE A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA O AUTOR NÃO COMPROVOU O FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO (ART. 373, I, CPC/2015) - DANOS MORAIS E MATERIAIS NÃO CONFIGURADOS - ALEGAÇÃO DE REDUÇÃO DA VAZÃO DO RIO SÃO FRANCISCO QUE DIMINUIU A PISCOSIDADE PELA CHESF - AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE - INDENIZAÇÃO INDEVIDA - LITIGÂNCIA DE MA -FÉ NÃO CONFIGURADA - CONCESSÃO DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORADOS EM FAVOR DO PATRONO DA REQUERIDA (ART. 85, § 11, CPC/2015) PORÉM SUSPENSOS POR FORÇA DO ART. 98, §32 DO NCPC - SENTENÇA REFORMULADA TÃO SOMENTE PARA CONCEDER A GRATUIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

2. Opostos Embargos de Declaração, foram eles

Superior Tribunal de Justiça

rejeitados.

3. Nas razões do Apelo Nobre, o recorrente aponta ofensa aos arts. 489, 1.013, 1.022 do Código Fux; 186, 393 e 927 do Código Civil; e 14, § 1o. da Lei 6.938/1981, sustentando: (a) a nulidade do acórdão por suposta omissão, mantida no acórdão recorrido apesar da oposição dos Aclaratórios; (b) a responsabilidade da CHESF pelos impactos ambientais derivados da redução da vazão do Rio São Francisco.

4. Inadmitido o recurso na origem, sobreveio Agravo.

5. É o relatório.

6. De início, não se vislumbra a presença de quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do Código Fux. Também não se verifica ausência de fundamentação ou qualquer outro vício que conduza a reforma do julgado integrativo; ao revés, evidencia-se que a parte recorrente busca, sob essa ótica, a reapreciação do mérito da causa, não sendo este o escopo dos Aclaratórios. A discordância da parte quanto ao conteúdo da decisão não autoriza o pedido de declaração, que tem pressupostos específicos, que não podem ser ampliados.

7. No mérito, cinge-se a controvérsia acerca da suposta responsabilidade da CHESF pelos impactos ambientais derivados da redução da vazão do Rio São Francisco, destacando-se que a Companhia teria assumido os riscos de caso fortuito ou força maior com a assinatura da Licença de Operação 147/2001.

8. Na forma intentada, verifica-se que a reversão do julgado demandaria, necessariamente, o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, bem como a interpretação das cláusulas contidas na referida Licença de Operação 147/2001, medidas vedadas em sede de Recurso Especial, atraindo a incidência das Súmulas 5 e 7/STJ.

9. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo do

Superior Tribunal de Justiça

Particular.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de agosto de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

